

# Oposição busca adesões para abertura de CPI

*Articuladores já colhem assinaturas e querem, ainda, cassar o mandato de ACM*

EUGÊNIA LOPES  
e GERSON CAMAROTTI

**B**RASÍLIA – Os partidos de oposição já começaram a recolher assinaturas para a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar denúncias de tráfico de influência do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira.

A criação de uma CPI sobre o caso Eduardo Jorge ganhou fôlego depois das declarações do ex-presidente do Senado Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), publicadas na revista *IstoÉ*. Em conversa com três procuradores da República, ACM teria dito que a quebra do sigilo de 1994 e 1998 de Eduardo Jorge poderá atingir o presidente

Fernando Henrique Cardoso e que teria lista de quem votou contra e a favor da cassação do mandato do então senador Luiz Estevão.

Os opositoristas também vão entrar, na quinta-feira, com representação na Mesa do Senado pedindo a cassação do mandato de ACM por falta de decoro parlamentar. A representação será apresentada na próxima semana porque os opositoristas tentarão obter com o Ministério Público cópia das fitas com as conversas de ACM com os procuradores.

Segundo a senadora Heloísa Helena (PT-AL), a oposição já conseguiu 19 assinaturas no Se-

nado para criação da CPI. Na Câmara foram recolhidas 118 assinaturas. São necessárias 27 assinaturas de senadores e 171 de deputados.

O PMDB não deve apoiar a criação da comissão. A avaliação é do ex-presidente da Câmara Michel Temer (PMDB-SP), que considera o assunto ultrapassado. “Essa matéria já foi discutida e o PMDB não tem interesse em provocar o governo com esse tipo de investigação”, afirmou. “Isso não ajudaria o partido e só serviria de palanque para a oposição.”

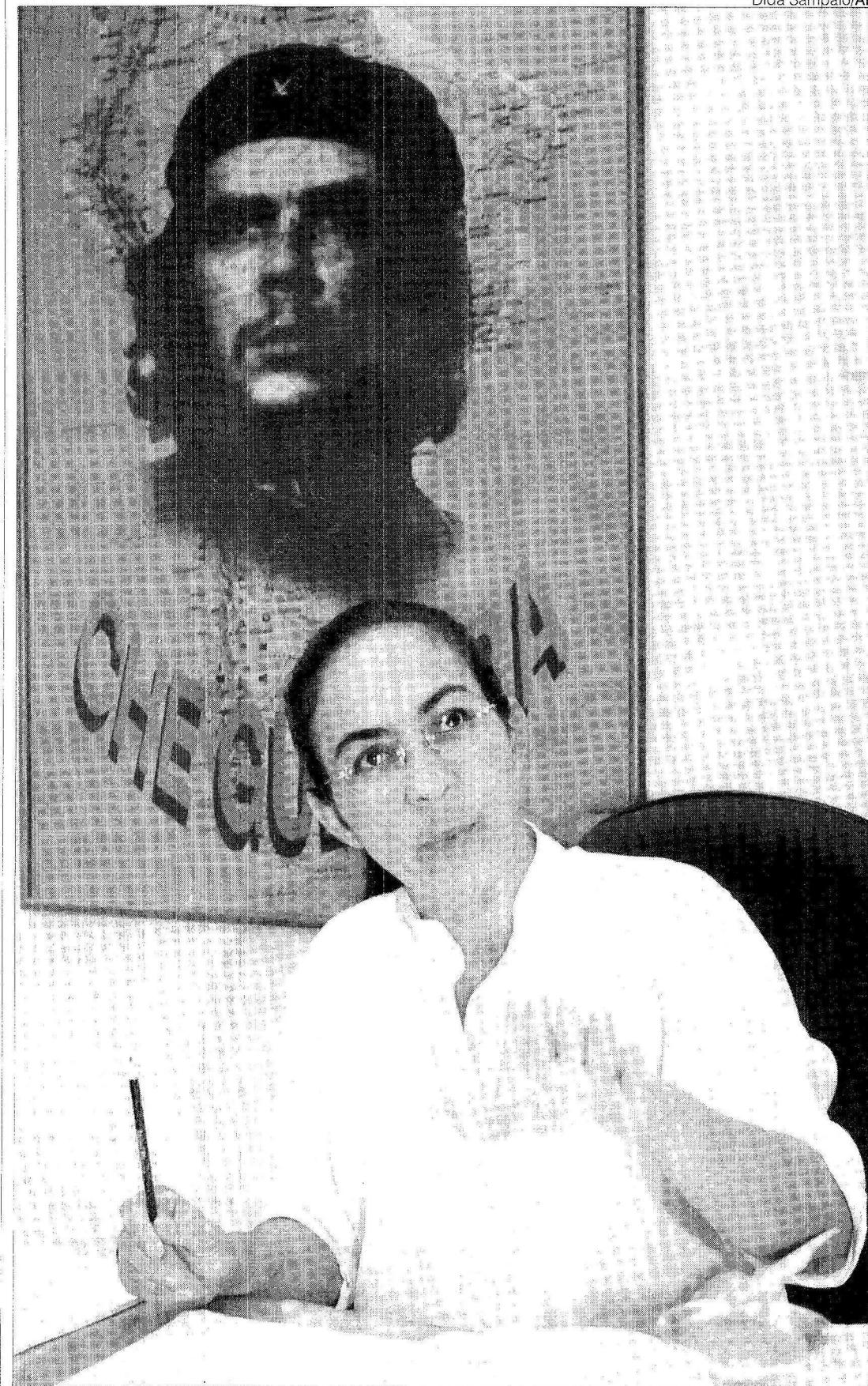
**Sigilo** – Eduardo Jorge encaminhou ontem, por intermédio de seu advogado, José Gerardo Grossi, uma carta ao presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), na qual assume o compromisso de entregar toda a movimentação das contas bancárias dele e de sua mulher, relativas aos anos de 1994 e 1998.

Eduardo Jorge não entregará, no entanto, a quebra do seu sigilo telefônico, alegando que os números

que usava no Palácio do Planalto e no Ministério da Fazenda não são de sua propriedade, mas do governo.

“O dono desses telefones é o órgão público a quem cabe abrir mão do sigilo telefônico”, justificou o advogado do ex-ministro. “Não faço isso como ato político, mas sim como cidadão indignado, preocupado com a deterioração da imagem de instituições que são fundamentais à democracia, como Senado e o Ministério Público”, afirmou Eduardo Jorge, em entrevista ao *Estado*. **(Colaboraram Nelson Breve, Cláudia Carneiro e Silvio Bressan)**

**P**ARTIDOS  
PEDEM CÓPIA  
DE FITAS COM  
CONVERSA



A senadora Heloísa Helena: “A CPI nos dá prerrogativas próprias do Judiciário para investigar”